



## Escândalo Impresso: o Governo Goulart em O Globo e no Jornal do Brasil<sup>1</sup>

Monique Benati Rangel<sup>2</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### Resumo

Este artigo visa analisar como, através da concepção de transgressão moral, a imprensa construiu uma estória sobre o governo João Goulart a partir do Comício da Central do Brasil, organizando em seu noticiário, o escândalo político. Nesse contexto, a imprensa atuou como um ofício moralizador e como um fiscal do bem comum, posicionando-se como uma interface entre os supostos anseios da população e os atos dos que detêm o poder.

### Palavras-chave

Imprensa; escândalo; transgressão moral; ofício moralizador.

### Introdução

O interesse em correlacionar os temas relativos ao jornalismo com um dado momento histórico ou mesmo uma perspectiva histórica dos estudos midiáticos vem aumentando de forma significativa nos últimos anos<sup>3</sup>.

Neste artigo, pretendemos analisar a construção de estórias sobre o escândalo político do governo Goulart nas páginas dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, tomando como pressuposto que o registro da mídia não é apenas uma “mimese do real”, pois a própria imprensa está inserida na realidade que registra e participa de um contexto de lutas e contradições que a permeiam e, logo, permeiam a atividade jornalística.

No contexto histórico, podemos dizer que João Goulart era entendido como um presidente “em experiência” ou *sub judice*, assumindo o governo apenas quando um Ato Adicional mudou o sistema de governo para parlamentarista, diminuindo, assim, seus

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> A autora é professora da Universidade Castelo Branco e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: m\_benati@uol.com.br

<sup>3</sup> Conforme, por exemplo, as pesquisas de Ana Paula Goulart Ribeiro sobre imprensa na década de 1950. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de Doutorado. ECO/UFRJ, 2000, o trabalho de Carla Vieira de Siqueira sobre política populista e imprensa popular nos anos 1950. *Sexo, Crime e Sindicato: Sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, PUC, 2002, o trabalho de Marco Roxo, que aborda a greve dos jornalistas nos anos 1970, *Companheiros em Luta: a greve dos jornalistas em 1979*. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPGC/UFF, 2003.



poderes presidenciais. Em nossa visão, o expediente para resolver o impasse político apenas deu forma às dúvidas que acompanhavam a trajetória política de Goulart desde que se tornou Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. Os rumores de que desejava formar uma república sindicalista, de que protegia os sindicatos, de que era comunista, de que era um “radical de esquerda” pesavam sobre sua figura pública.

Quanto ao contexto jornalístico, frisamos as profundas transformações da imprensa dos anos 1950 para a dos anos 1960: os jornalistas passaram a introduzir sua fala como uma “fala autorizada”, constituindo-se como uma comunidade interpretativa, na medida que apresentaram um discurso diferenciado, o qual “atém-se exclusivamente aos fatos”. A partir dessa questão, várias outras tomaram forma, tais como as mudanças do papel do jornal e do jornalista, a incorporação dos ideais de objetividade, neutralidade e imparcialidade, a constituição de um campo autônomo para o jornalismo, dentre outros aspectos. Interessa-nos, particularmente, a incorporação da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade e como ela se relaciona com o escândalo político no governo João Goulart.

### **Um sistema de produção de verdades**

Para compreender a atuação dos meios noticiosos na esfera política, devemos perguntar como os *media* transformam um mundo indeterminado num conjunto formal de eventos. Para tal, trabalharemos com a sociologia da produção de notícias.

A sociologia da produção de notícias remonta alguns anos atrás. O trabalho pioneiro de Robert Park já falava sobre a produção de notícias e sobre a própria notícia como uma forma de conhecimento em 1923, porém estudos mais consistentes datam a partir da década de 1950.

Segundo Robert Park, ao longo do processo da história dos jornais e, por extensão, do jornalismo, a escolha por vocábulos simples se tornou um dos referenciais para o modo de produção jornalística.<sup>4</sup> Mas, segundo os estudos de John Soloski (1993), foi a objetividade que se afirmou definitivamente como o mais importante cânone do jornalismo norte-americano.

Schudson (1978) situa que até a década de 1830, a objetividade não era um ponto de discussão. Os jornais norte-americanos expressavam seus pontos de vista de

---

<sup>4</sup> Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. McKenzie. *The City*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1967, Cap. IV, págs 80-98.



forma partidária, sem a preocupação de serem objetivos ou neutros. Também não havia, segundo o autor, o conceito de “notícia” da forma que conhecemos hoje.

O autor entende que a origem desses conceitos (objetividade, neutralidade, notícia) está relacionada, nos Estados Unidos, com a democratização no campo político, com a expansão da economia, assegurando para a imprensa novos mercados, e com o crescimento de empresários que formaram uma classe média urbana. Mas ele ressalta que a constituição de normas e de processos jornalísticos foi sendo inserida gradualmente nas redações, pois os jornais líderes ainda tinham como objetivo maior “contar uma boa estória”, através de uma generosa dose de sensacionalismo, do que “reportar-se estritamente aos fatos”.

A partir das primeiras décadas do século XX, a objetividade começou a se tornar uma questão no jornalismo norte-americano porque os jornalistas não acreditavam em uma divisão estanque entre fatos e valores, sendo os primeiros constituídos de assertivas sobre o mundo abertas para uma validação independente, e os segundos, como as preferências conscientes ou inconscientes do indivíduo sobre o que o mundo deveria ser.

Os jornalistas americanos não corroboravam com essa divisão até a Primeira Guerra Mundial, quando a objetividade irrompeu como uma espécie de “antídoto” para se proteger da “construção dos fatos” oferecidos pela propaganda política e, posteriormente, pelas relações públicas. Os jornalistas compreenderam que tanto a propaganda política quanto as relações públicas eram utilizadas para convencer os jornalistas a reportar não um mundo real, mas sim um mundo que interessava aos grupos políticos mostrar. (Schudson, 1978).

Assim, o jornalismo norte-americano abraçou no início do século XX os ideais da objetividade, imparcialidade e neutralidade. Esses ideais foram se solidificando paulatinamente nas redações e formando o arcabouço do que se constituiria a prática noticiosa.

Até a década de 1950, o jornalismo brasileiro era fortemente influenciado pela cultura européia. Silva (1991, pp. 43-44) afirma que os laços entre Brasil e EUA, embora formalmente cordiais, não eram prioritários para nenhum dos dois países até os anos quarenta. A partir de então, a ascendência cultural norte-americana sobre o Brasil aumentou em todas as áreas. Desta forma, a influência européia foi sendo paulatinamente substituída pela norte-americana, resultando na importação de um novo modo de se fazer jornalismo no Brasil.



Apoiado no cânone principal do jornalismo norte-americano, a objetividade, o jornalismo brasileiro buscou incorporar em suas redações os mecanismos que revestem o texto noticioso dessa objetividade, tais como a exclusão de valores pessoais nas notícias, a busca dos dois lados da história, a não-utilização de adjetivos e de juízos de valor, o uso das aspas, a separação da “opinião” e da “informação”, etc.

Há vários autores que problematizam a objetividade no jornalismo. Iremos aqui privilegiar dois deles, Gaye Tuchman e Mark Fishman, embora consideremos também outros autores. As concepções de Tuchman e Fishman serão primordialmente relevantes para nossa análise porque ambos entendem a notícia como uma construção social da realidade.

Gaye Tuchman<sup>5</sup> compreende a objetividade como um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos da profissão. Um dos riscos apontados pela autora é a crítica ao trabalho jornalístico. Segundo ela, o jornalista invoca o conceito de objetividade para afastar as críticas sobre a sua apresentação de fatos, ou seja, a objetividade se constituiria como um baluarte entre os jornalistas e os críticos. Assim, os procedimentos rituais serviriam para neutralizar potenciais críticas e para seguirem “rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade” (1993, p. 75).

Outro risco apontado por ela é a necessidade do jornalista tomar decisões imediatas quanto à validade, fiabilidade e “verdade”, a fim de processar a matéria bruta em notícia. Tuchman afirma que esse processamento não permite uma análise epistemológica reflexiva, então, os jornalistas necessitam de uma noção operativa de objetividade para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores (1993, p. 76)

Por causa dessa temporalidade inerente à atividade, o jornalista se utiliza do senso comum ou do bom senso para validar seus argumentos, pois este se constitui como uma interpretação da realidade imediata. Nesse sentido, o senso comum penetra nessa objetividade, tornando a narrativa cada vez mais crível, cada vez mais carregada de verossimilhança.

Segundo Tuchman, em muitos momentos, a experiência organizacional do jornalista o predispõe contra hipóteses que contrariam as suas expectativas preexistentes. Do ponto de vista dos jornalistas, as suas experiências com outras

---

<sup>5</sup> TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, 1993, p. 74-90, 1993.



organizações durante um período de tempo validam o seu *news judgement* e podem ser reduzidos ao “senso comum”. Por senso comum, os jornalistas entendem o que a maioria deles (ou seja, os próprios jornalistas) considera como verdadeiro ou dado como adquirido. (op.cit, p. 87)

O senso comum, portanto, influencia na escolha e no enquadramento da notícia e privilegia o *status quo*, uma vez que o rompimento de determinados padrões passa pelo rompimento com o senso comum e se torna pouco crível. Como afirma Tuchman, “os jornalistas não publicarão como “fato” afirmações que contradigam o senso comum”, pois estas entrariam em contradição com aquilo que todos sabem e “entendem como adquirido”.

Para conseguir a objetividade, Tuchman aponta, além da verificação dos fatos, quatro procedimentos estratégicos partilhados pela comunidade jornalística.

O primeiro deles é a *apresentação de possibilidades conflituais*. Ao buscarem opiniões contrárias para fugir das críticas sobre a parcialidade, os jornalistas reivindicam sua objetividade, pois estão apresentando os dois lados da questão, não favorecendo nenhum dos lados.

O segundo procedimento é a *apresentação de provas auxiliares*. Essas “provas” consistem na localização e citação de fatos suplementares que corroboram com a aceitação do fato como “verdadeiro”.<sup>6</sup>

O terceiro procedimento colocado é o *uso judicioso das aspas*. As citações de opiniões de outras pessoas seriam, além de uma forma de prova suplementar, uma maneira de mostrar que deixaram de participar na notícia, permitindo aos fatos “falarem”. As aspas também podem ser usadas como instrumentos de sinalização, à medida em que seu uso faz desaparecer a presença do repórter da notícia e informa que “essa afirmação pertence a qualquer pessoa, menos ao jornalista”.

O quarto procedimento é a *estruturação da informação numa seqüência apropriada*. Com essa estruturação, o jornalista também indica a objetividade do texto adotando um atributo formal das notícias.

A hierarquização, entretanto, segundo Tuchman, é um trabalho que depende prioritariamente do jornalista, e ele não pode eximir-se dessa responsabilidade, diferentemente dos pontos anteriores, em que ele pode conferir a outra pessoa possíveis

---

<sup>6</sup> O exemplo que Tuchman nos dá mostra o quanto esse segundo procedimento está impregnado de senso comum. Tocar com uma celebridade seria considerado um fato suplementar que tornaria “verdadeira” a afirmação de que fulano é um músico excepcional.



falhas pois, independentemente das influências dos editores e da política editorial do jornal, o jornalista é o responsável pela estruturação da informação e, para tal, pode invocar apenas seu profissionalismo e afirmar que o lide é validado pelo seu *news judgement*.

Tuchman assegura que essa perspicácia profissional, ou *news judgement*, é uma atitude inerentemente defensiva, pois se refere à capacidade de escolher “objetivamente” entre fatos concorrentes quais são os mais “importantes” e “interessantes”. Assim, o *news judgement* se apóia na experiência e no senso comum do jornalista os quais permitem ao jornalista atribuir aos ‘fatos’ o valor de “importantes” e “interessantes”, constituindo-se como um “conhecimento sagrado, a capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas” (op.cit, p. 92).

Outro importante estudioso que considera o jornalismo como uma construção social da realidade é Mark Fishman (1980).<sup>7</sup> Para o autor, “as pessoas não apenas fazem coisas, elas também explicam constantemente o que estão fazendo”. Assim, os mais variados relatos, sejam eles escritos ou falados (memorandos dentro dos escritórios, boatos, formulários de imposto de renda, manuais de carros, artigos de jornais) são “estórias” sobre seus mundos que as pessoas contam umas às outras, com objetivos específicos para a sociedade: descrever a mobilidade social, ensinar mecânica de automóvel, cobrar impostos, explicar a queda de um governo, etc. Assim, em vez de entender a construção social da realidade como uma “aberração”, devemos entender que ela é inerente à própria natureza da interação, sendo “endêmica e inevitável”, não podendo ser posta de lado como se fosse um evento especial que só ocorresse em circunstâncias peculiares. (Fishman, 1980, pp. 20-22)

Ao analisar uma onda de crimes contra idosos na cidade de Nova Iorque em 1976, Fishman compreendeu que a onda de crimes foi um evento público produzido pelo trabalho jornalístico pois, embora os crimes tenham de fato acontecido, os órgãos noticiosos foram, ao mesmo tempo, o meio pelo qual o público soube sobre a onda de crimes e o meio pelo qual a onda de crimes foi montada. Em suma, os órgãos noticiosos criaram a “onda de crimes” pois deram forma e conteúdo determinados aos crimes, constituindo um sentido para eles.

---

<sup>7</sup> Fishman, Mark. *Manufacturing the News*. University of Texas Press Austin. 1980.



Mas, para entender como acontece essa construção, devemos focalizar também as rotinas de trabalho dos jornalistas e os métodos pelos quais eles transformam o mundo em matérias noticiosas.

Quando um jornalista se defronta com uma realidade em seu trabalho ou com alguém dizendo algo, existe um modo de interpretação em relação a esses fatos. Fishman alerta que esse modo de interpretar não é nem totalmente arbitrário (no sentido de imaginário) nem totalmente preestabelecido, pois o conhecimento não é um registro passivo de percepções. Ele resulta da interação com o mundo, não apenas de uma interação como operação mental, mas também como interação social através de uma forma de trabalho. Esse modo de interpretar, nem totalmente arbitrário nem totalmente preestabelecido a que Fishman se refere, também apresenta referenciais que se apóiam no senso comum. (op.cit, pág. 26)

É dessa forma que Campbell considera o jornalismo como um sistema cultural vibrante e ritualizado que procura dar sentido, através de suas estórias, a um mundo frágil e freqüentemente contraditório. Ele ressalta ainda que o jornalismo é uma profissão cujo sistema cultural é muito importante pois a maioria de nós aprende muito do que conhece sobre suas comunidades e mundo através do drama e do ritual do noticiário. (1991, p. 3)

Discordando da absoluta objetividade jornalística, Gaye Tuchman (op.cit) e Robert Darnton<sup>8</sup> concordam que o processamento da notícia envolve “conjecturas”. Essas conjecturas, segundo Tuchman, muitas vezes se referem aos seus pares, seus chefes e a linha da empresa jornalística, ou nas palavras de Robert Darnton, à história institucional e suas relações de força.

Essas conjecturas reforçam a idéia de que a objetividade é perpassada por várias questões de cunho institucional, profissional e social. Em cada um desses “sistemas culturais”, um conjunto de regras, muitas vezes implícitas, pode interferir no curso da notícia.<sup>9</sup>

Dessa maneira, compreendemos que as diferenças dos métodos rotineiros de trabalho dos jornalistas também influenciam no modo como os jornalistas definem o mundo de atividades com que se defrontam, pois a relação do jornalista com esse mundo que ele cobre é mediada por interesses práticos que se alteram visivelmente em

---

<sup>8</sup> DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo, Cia das Letras, 1990, p. 70-97.

<sup>9</sup> Para aprofundar-se nesse assunto, ver: BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In TRAQUINA, Nelson (org.) Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa, Veja, p. 152-166, 1993.





contextos distintos. Assim, percebemos que a notícia sofre influência de diversos fatores: o contexto histórico, o contexto jornalístico, os interesses práticos que permeiam a atividade, etc.

### **Fato, Acontecimento e Visibilidade: abrindo espaço para o escândalo**

Em seu artigo, Molotch e Marilyn Lester<sup>10</sup> tentam compreender as relações existentes entre os diferentes tipos de notícias e como as necessidades de notícias das pessoas diferentemente posicionadas perante a organização do trabalho jornalístico produzem o conhecimento social e político dos públicos. Eles afirmam que um acontecimento significa a utilização de uma ocorrência como um demarcador temporal, caracterizando-se, assim, como um objeto no mundo social, tornando-se disponível para a construção de acontecimentos no futuro (1993, p. 35).

Segundo os autores, essa criação de pontos de referência temporais através da construção de acontecimentos tem por objetivo ordenar a experiência, mas eles ressalvam que *qualquer ocorrência é um recurso potencial para construir um acontecimento*.

Ao selecionar o que vai ser ou não notícia, o que terá destaque ou sairá sem relevo, na verdade, os jornalistas estão procedendo à criação do próprio acontecimento. Distante de serem apenas veículos de divulgação, eles são criadores do acontecimento, no sentido de que se torna um acontecimento apenas o fato tornado público ou visível através da ação jornalística.

Estudos atuais de *newsmaking* apontam para a importância desse mecanismo de transformação do fato em acontecimento. Nessa transformação, a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas *como pensar*, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores *sobre o que pensar*” (Cohen, 1963, apud Traquina, 2001, p. 18,19). Essa capacidade da imprensa, não de determinar, mas de conduzir, os assuntos que serão debatidos, discutidos, dialogados, formulados e ampliados pela população em geral, é um instrumento de influência no jogo político.

---

<sup>10</sup>LESTER, Marilyn e MOLOTCH, Harvey. As notícias como procedimento intencional: uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos In TRAQUINA, Nelson (org.) Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa, Veja, 1993.





Ao tornar o fato visível, a imprensa estabelece-se como um mecanismo poderoso, pois os assuntos que compõem a agenda jornalística influenciam a construção de uma agenda pública e também a construção da agenda das políticas governamentais. Logo, o campo jornalístico possui um papel estratégico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política porque transformar um fato em acontecimento significa dar a ele uma existência pública, constituindo-o como recurso de discussão, influenciando assim a atmosfera política. Seguramente, da mesma forma que, em seu ofício, os jornalistas intervêm na agenda pública, os políticos tentam influir na agenda jornalística. Traquina coloca que, no contexto da comunicação política, o campo jornalístico “constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais, em particular, dos profissionais do campo político”, pois “um objetivo primordial da luta política consiste em fazer concordar as suas necessidades de acontecimento com as dos profissionais do campo jornalístico” (op.cit, p. 24). De fato, compreendendo o jornalismo como uma força poderosa, mas não totalizante, na instituição de discussões sobre determinados assuntos, podemos verificar o quanto a atuação da imprensa pode ser decisiva em momentos de crise política.

João Goulart enfrentou a animosidade da imprensa desde que foi Ministro do Trabalho do Governo Vargas. Ela piorou quando Jânio renunciou e Jango se tornou, “por um capricho do destino”, o Presidente do Brasil. Quando a “solução parlamentarista” se chocou com a vontade popular que votou pelo sistema presidencialista, a imprensa também participou da concepção de crise institucional.

A partir do Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, a maior parte da imprensa carioca, ao repercutir o assunto e selecionar as fontes e os vocábulos utilizados, sugere mais fortemente que João Goulart direciona-se para o desrespeito das normas democráticas. O fato, promovido pelo próprio João Goulart e seus assessores, é alçado à categoria de acontecimento. Logo, o Comício da Central do Brasil é apenas o “início de algo que está encoberto”. Lança-se a questão: “Quais são os interesses de Goulart?” E, assim, a suposição de que há algo encoberto, junto, obviamente, com outros fatos desencadeados pela conjuntura de um país polarizado entre a esquerda comunista e a direita conservadora, o torna um escândalo.

Em 16 de março, *O Globo* induz a essas questões comentando as repercussões do Comício da Central do Brasil, dando voz aos seus opositores através das manchetes “Lacerda propõe união com Ademar [de Barros] e [Juscelino] Kubitschek para defesa



das instituições”, “Ademar favorável à tese do impeachment” e “Armando Falcão acusa Goulart de tramar um Golpe de Estado”.

No dia 17 de março, o *Jornal do Brasil* realiza as mesmas construções em suas manchetes. O Governo estaria pressionando os partidos e o Congresso (“Congresso e partido reagem a pressão do governo” e “Governo monta novo esquema para pressões”) ao passo que o Congresso e os partidos estariam reagindo às pressões (“Congresso e partidos políticos começaram a reagir contra o que denominam de tendências subversivas nas afirmações reformistas de João Goulart”). Lançou-se o acontecimento. E, com ele, as construções como se houvesse algo encoberto. Estava lançado o escândalo.

### **O escândalo político no governo Goulart**

Segundo John Thompson (2002, pág 40), “escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. O autor acrescenta que, em seu emprego corrente, o escândalo faz referência primariamente a acontecimentos cuja ocorrência ou existência implica a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais. Deve envolver ainda a desaprovação de pessoas que não estão envolvidas no escândalo ou elas devem se sentir ofendidas. Para que ocorra a configuração do escândalo, os não-envolvidos devem expressar sua desaprovação ou descontentamento publicamente denunciando tais ações ou acontecimentos.

Soma-se a isso que os acontecimentos, conforme já dissemos, devem envolver um elemento de segredo ou ocultação. Entretanto, Thompson ressalta que esses elementos de segredo ou ocultação ou são conhecidos por outros indivíduos que não os envolvidos ou são firmemente criados por eles. Logo, o escândalo pode estar apoiado em fatos verídicos ou em divagações sobre possíveis transgressões morais. Sentindo-se ofendidos ou desejando expressar desaprovação, ocorre uma denúncia pública da transgressão, a qual pode se tornar a partir de então um escândalo.

Embora essa seja a natureza do escândalo de forma geral, Thompson afirma que o escândalo político tem uma especificidade que não podemos negligenciar: ele se torna comumente uma luta pelo poder simbólico (e pelas forças do poder simbólico) na arena midiática da política moderna. Assim, a divulgação de possíveis transgressões promove

o questionamento da reputação e do bom nome do indivíduo em questão, ameaçando ou destruindo os recursos simbólicos acumulados até então, minando seu poder.

Dessa forma, “a mídia se torna o meio mais importante pelo qual os líderes políticos se relacionam com os cidadãos comuns”, tornando-se “o meio principal através do qual os líderes acumulam capital simbólico no campo político mais amplo”. Assim, podemos compreender que “parte da importância dos escândalos políticos nas sociedades democráticas liberais é que eles são (ou se tornam) lutas sobre as fontes do poder simbólico” (Thompson, op.cit, p. 139).

Assim, foi através da imprensa do Rio de Janeiro que os cariocas souberam da repercussão do Comício da Central do Brasil através das falas de ministros, governadores, deputados, ex-presidentes, militares, etc. Eles também expressavam, em linhas gerais, sua desaprovação em relação às atitudes de João Goulart, denunciando seu comportamento “inapropriado” para um Presidente do regime democrático.

Podemos considerar como óbvio o fato de que a imprensa cobriria o Comício do Presidente da República, ou seja, estes fatos seriam de qualquer maneira cobertos pela imprensa, pois eles se imporiam a ela pela sua importância. Entendemos, entretanto, que a cobertura jornalística é uma escolha em que hierarquizações, seleções, fontes, recortes de entrevistas, a opção por determinado lide, título, foto, legenda, matérias que integrarão a primeira página acabam por engendrar sentidos aos acontecimentos. Certamente, esse engendramento de sentido passará pelo crivo do leitor, que responderá de acordo com sua “sensibilidade ao escândalo”, ou seja, ele verificará o quanto aquela transgressão denunciada o mobiliza.

Compreendemos que os engendramentos de sentido foram realizados na direção de propor ao leitor a concepção de uma *transgressão moral* vinculada a *transgressão do código político vigente*. Mas para que a agenda jornalística inclua em seus tópicos um assunto que suscite um escândalo de poder através da idéia de transgressão moral, é necessário que ela realize um processo de julgamento. Glasser e Ettema (1991) colocam em xeque a concepção de objetividade em reportagens investigativas pois, segundo os autores, quando se estabelecem julgamentos morais na imprensa, o tom de julgamento moral é aparentemente oposto à presumida objetividade de imprensa. Assim, como os jornalistas poderiam denunciar transgressões sem efetuar juízos morais?

Glasser e Ettema respondem a essa questão dizendo que tais pontos de vista, a princípio conflitantes, são resolvidos através da busca do jornalismo por articular a

ordem moral, evidenciando que as “transgressões” relatadas são, de fato, transgressões e não um juízo de valor.

Para não violar a isenção, o jornalista precisa se desvincular de sua própria fala e se relacionar a “autoridades morais” que forneçam ao discurso a credibilidade necessária para atingir o “consenso moral”. Dessa maneira, sua polêmica participação nos problemas políticos pode ser compreendida pela concepção do jornalismo como um “ofício moralizador”, no sentido de que não realizam um julgamento e sim uma “vigilância moral”.

Glasser e Ettema (1991) defendem que os jornalistas concretizam essa asserção moral “apelando para autoridades morais de confiabilidade auto-evidente”. Os autores tipificam cinco tipos de apelos à autoridade: apelo à lei, apelo a códigos ou diretivas formalizadas, apelo a alguma qualificação reconhecida, apelo à normalidade e/ou apelo à decência comum.

Os cinco apelos foram encontrados nas edições de *O Globo* e *Jornal do Brasil*<sup>11</sup>. Eles foram expressos da seguinte maneira:

- 1) O apelo à lei aparece sob a forma de uma exigência de obediência irrestrita à Constituição vigente. O apelo para não reformar a Constituição, conforme havia sido proposto por Goulart, mobiliza determinados setores da sociedade civil. Sua inviolabilidade se torna uma bandeira, algo defendido nas ruas e amplamente coberto pela imprensa, notoriamente *O Globo* e *Jornal do Brasil*.
- 2) O apelo aos códigos e diretivas formalizadas se dá a partir da “Revolta dos Marinheiros”. Ele pode ser traduzido como um apelo ao respeito à hierarquia militar e ao código disciplinar existente nas Forças Armadas. Nas construções criadas pelo *O Globo* e *Jornal do Brasil* temos a nítida sensação de que as Forças Armadas eram, naquele momento, “a última trincheira da democracia” e que, se sua estrutura fosse afetada, todo o restante da Nação sucumbiria. Vale lembrar que os militares exerciam naquele contexto histórico fortíssima influência política e eram chamados para “arbitrar” quando havia impasses políticos de difícil resolução.
- 3) O apelo a alguma qualificação reconhecida chega nas declarações de peso do Marechal Eurico Dutra, ex-presidente do Brasil, militar renomado, figura de inegável influência política, já que havia conduzido o país da ditadura do Estado Novo de Vargas para o Estado Democrático de Direito. Seu depoimento sobre a

---

<sup>11</sup> Foram analisadas as edições de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* quinze dias antes da queda de Goulart, em 31 de março de 1964, e quinze dias depois do fato.

situação política nacional é capa do *Jornal do Brasil* de 19 de março de 1964, é o assunto do editorial *A Voz do Soldado* na página 6 da mesma edição e ainda rende matérias com outros políticos de renome comentando sua fala nas edições seguintes. É importante frisar também que, segundo o próprio pronunciamento do ex-presidente, veiculado na capa do jornal, não foi ele quem procurou o *Jornal do Brasil* e sim o *Jornal do Brasil* quem reiteradas vezes o havia procurado para que falasse à Nação sobre o momento nacional. A declaração também repercute nas páginas de *O Globo* que desloca seu editorial para a primeira página, dando às declarações do Marechal um peso importante e dizendo que aquela era “a voz de um patriota”.

- 4) o apelo à normalidade acontece em dois momentos: o primeiro, quando Goulart ainda está no comando, apela para que o país volte à normalidade, retirando do contexto político nacional quem estava trazendo a “intranquilidade” para o Brasil, e o segundo acontece quando ele é deposto e o país teria “retornado à calma”. Assim, percebemos que Jango seria o responsável pela “anormalidade” brasileira.
- 5) o apelo à decência comum acontece através do apelo à ordem social, ao expurgo do comunismo porque é um regime “ofensivo” às instituições, principalmente à família e à Igreja.

Glasser e Ettema apontam que o dilema entre a objetividade e esse ofício moralizador geralmente são dissolvidos através desse último apelo: o apelo à decência comum, pois ele fornece a energia moral essencial até mesmo à matéria mais elaboradamente objetificada, uma vez que não está enraizado na enumeração explícita de padrões objetivos, mas sim na “invocação implícita de padrões do senso comum”.

Logo, a autoridade desse apelo reside não simplesmente em sua invocação de interpretações amplamente compartilhadas, mas sim em interpretações estritamente relacionadas ao contexto, à situação em si – é um apelo forte porque é implícito, feito dentro de uma descrição “objetiva” da situação, uma matéria na qual os fatos parecem falar por si mesmos.

### **Conclusão**

Acreditamos que, através da construção de transgressões morais no governo Goulart, *O Globo* e *Jornal do Brasil* exerceram um ofício moralizador, buscando cumprir um papel de fiscal do bem comum na sociedade, colocando-se como interface



entre os supostos anseios da população e os atos dos que detêm o poder. *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, assim, continuaram atuando na cena política, apesar da incorporação da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade. Entretanto, suas construções somente podem ser compreendidas como relevantes à medida em que encontrem respaldo político.

Portanto, apesar de ser uma força poderosa e atuante na sociedade, a imprensa também carece de um eco, de uma resposta que venha de fora dela, não podendo ser compreendida como uma instância totalizante. Seu papel, embora não seja pouco, se restringe a amplificar, potencializar os fatos, influenciar na agenda pública. Fazendo isso, pauta os debates que terão alcance e os que serão rapidamente esquecidos, constituindo-se também como agente nos processos de memória social, mas, definitivamente, não pode determinar sozinha o curso dos acontecimentos. Há outros atores, outras cenas, outros enredos que surgem independentemente de sua vontade e quando isso acontece, dependendo de sua magnitude, os fatos se impõem a ela e não o contrário.



## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um Outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil”. *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação* nº 4, p. 23-57.

BIRD, S. Elizabeth & Dardenne, Robert W. “Mito, Registro e Estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, p. 263-277, 1993.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, p. 152-166, 1993.

CAMPBELL, Richard. Introd. P. XV-XXIX; cap. I, p. 124. *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press. 1991.

CAREY, James W. Why and How. The dark continent of American Journalism. In: MANOFF, Robert and SCHUDSON, Michael. *Reading the News*. New York: Pantheon Books, p. 146-196, 1987.

DARNTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica”. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Cia das Letras, 1990, pp. 70-97.

ETTEMA, James & GLASSER, Theodore. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press.

FISHMAN, Mark. *Manufacturing the News*. University of Texas Press Austin. 1980.

GOULART, Ana Paula. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, tese de doutoramento, ECO/UFRJ, 2000.

LESTER, Marilyn e MOLOTCH, Harvey. As notícias como procedimento intencional: uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos In TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, 1993.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York, Basic Books. 1978.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. *Sexo, Crime e Sindicato: Sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, PUC, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

THOMPSON, John. *O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na era da mídia*, Petrópolis, Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *O Estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.





TUCHMAN, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, 1993, p. 74-90.